

5ª ED.

2023

MANUAL DA
SENTENÇA
PENAL
CONDENATÓRIA

Thales Flores Taipina

MANUAL DA
SENTENÇA
PENAL
CONDENATÓRIA

5ª ED.
2023

MANUAL DA
SENTENÇA
PENAL
CONDENATÓRIA

Thales Flores Taipina





Conselho Editorial

Doutor Cláudio Roberto Cintra Bezerra Brandão
Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco – Brasil

Doutora Sílvia Isabel dos Anjos Caetano Alves
Professora da Universidade de Lisboa – Portugal

Doutor Georges Martyn
Professor da Universidade de Ghent – Flanders/Bélgica

Doutora Agata Cecília Amato Mangiameli
Professora da Universidade de Roma II – Itália

Doutora Ana Elisa Liberatore Silva Bechara
Professora Titular da USP – Brasil

Doutor Stelio Mangiameli
Professor da Universidade de Teramo – Itália

Editor Chefe

Plácido Arraes

Editor

Tales Leon de Marco

Produtora Editorial

Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico

Leticia Robini

Diagramação

Leticia Robini

Nathalia Torres

Nori Firmo de Assis

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Copyright © 2018, D'Plácido Editora.

Copyright © 2018, Thales Flores Taipina.

São Paulo

Av. Paulista, 2073, Loja 120, Conjunto Nacional, Bela Vista – São Paulo - SP,
CEP 01311-940

Belo Horizonte

Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG – CEP 30140-007
Tel.: 31 3261 2801

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR INSTAGRAM/EDITORADPLACIDO

Catálogo na Publicação (CIP)

Taipina, Thales Flores
T134 Manual da sentença penal condenatória / Thales Flores Taipina. - 5. ed. - Belo Horizonte,
São Paulo : D'Plácido, 2023.
582 p.

ISBN 978-65-5589-728-9

1. Direito. 2. Direito Penal. 3. Penas. Penalidades em geral. I. Título.

CDDir: 341.5

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUPO
D'PLÁCIDO



Rodapé



“No desempenho da função de julgar, o juiz trava obrigatoriamente conhecimento com uma realidade humana que tende a ser em extremo complexa, isto é, a realidade das relações existenciais que se ocultam nas demandas e nos desdobramentos do processo. Ignorar que o processo esconde a vida de seres humanos é o mesmo que tratá-los como meros números indiferentes e reduzir a função julgadora a algo sobremodo banal; isso ocorre quando o julgador se afasta dos requisitos éticos de sua atuação para seguir padrões meramente técnicos de sua atividade, quase sempre coincidentes com visões simplificadas e simplistas do Direito, como se este fosse apenas um conjunto de regras burocráticas ou operacionais.”

Cesar Asfor Rocha – *Cartas a um Jovem Juiz*

Não procures tornar-te juiz, se não fores bastante forte para destruir a iniquidade, para que não aconteça que temas perante um homem poderoso, e te exponhas a pecar contra a equidade.

Bíblia Sagrada, Eclesiástico, 7;6

Agradecimentos



Minha gratidão sempre a Deus, que, por sua presença, me faz crer que tudo é possível, me sustenta, me mantém erguido diante dos desafios e provações, e me capacita, diariamente, à justiça.

“O Senhor é o meu Pastor, nada me faltará”
Salmos 23, 1.

<i>Prefácio</i>	21
<i>Apresentação</i>	23
<i>Nota à 5ª Edição</i>	25
<i>Nota à 4ª Edição</i>	27
<i>Nota à 3ª Edição</i>	29
<i>Nota à 2ª Edição</i>	31
CAPÍTULO I	
CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	33
<hr/>	
1. O Processo Penal em Síntese, do Inquérito Policial à Sentença.....	35
2. Prazo Para a Instrução Processual e Prolação da Sentença.....	42
2.1. Sentença Condenatória Proferida Oralmente em Audiência.....	47
3. Princípios Aplicáveis na Construção da Sentença Penal.....	49
3.1. Princípio da Motivação das Decisões Judiciais.....	49
3.2. Princípio da Identidade Física do Juiz.....	51
3.3. Princípio da Correlação ou Adstrição.....	52
3.4. Princípio da Imparcialidade do Julgador.....	57
3.5. Princípio do “In Dubio Pro Reo”.....	59
3.6. Princípio da Verdade Real e o Julgamento Justo da Causa.....	60
4. A Estrutura Jurídica da Sentença Penal.....	64

4.1. Preâmbulo.....	64
4.2. Ementa.....	65
4.3. Relatório.....	65
4.4. Fundamentação.....	69
4.5. Dispositivo.....	72
4.6. Autenticação.....	75

CAPÍTULO II

A FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA

77

1. Explicações Iniciais.....	79
2. Preliminares de Mérito.....	81
2.1. Aplicações Práticas de Maior Incidência.....	85
2.1.1. Violação de Domicílio sem Mandado Judicial.....	85
2.1.2. Ausência do Ministério Público à Audiência de Instrução.....	88
2.1.3. Inversão da Ordem de Inquirição em Audiência nos Crimes de Tráfico de Drogas.....	90
2.1.4. Crimes de Tráfico de Drogas e Defesa Preliminar Após o Recebimento da Denúncia.....	93
2.1.5. Recebimento Tácito da Denúncia.....	95
2.1.6. Ausência de Intimação da Defesa Sobre a Expedição de Carta Precatória Para Oitiva de Testemunha da Acusação.....	95
2.1.7. Irregularidade da Citação por Edital.....	96
2.1.8. Leitura em Audiência do Depoimento Prestado na Fase Extrajudicial e Ratificado em Juízo.....	98
2.1.9. Reconhecimento de Pessoa por Fotografia.....	99
2.1.10. Inépcia da Denúncia.....	103
2.1.11. Investigação Criminal Conduzida pelo Ministério Público.....	105
2.1.12. Dependência Toxicológica.....	109
2.1.13. Uso de Algemas em Audiência ou em Plenário do Júri.....	110
2.1.14. Conversão de Ofício da Prisão em Flagrante em Preventiva.....	112
2.1.15. Rol de Testemunhas Apresentado Após a Defesa Prévia.....	114

2.1.16. Falta de Assinatura do Defensor na Ata de Audiência.....	115
2.1.17. Exame Pericial em Telefone Celular sem Autorização Judicial	116
2.1.18. Busca e Apreensão em Escritório de Advocacia.....	119
2.1.19. Não Realização da Audiência de Custódia no Prazo de 24 horas.....	121
2.1.20. Audiência de Depoimento Especial.....	123
3. Mérito.....	126
3.1. Explicação Inicial.....	126
3.2. Distribuição do Ônus da Prova.....	127
3.3. Materialidade Delitiva.....	130
3.3.1. Corpo de Delito e Vestígios da Infração Penal.....	132
3.3.2. Crimes Não Transeuntes e Ausência do Exame de Corpo de Delito.....	133
3.3.2.1. Ausência do Exame de Constatação Toxicológica.....	135
3.3.2.2. Ausência de Exame de Constatação de Conjunção Carnal.....	138
3.3.2.3. Ausência do Exame Necroscópico.....	139
3.3.3. Crimes Transeuntes e Prova da Materialidade Delitiva	140
3.4. Autoria Delitiva.....	141
3.4.1. Aplicações Práticas de Maior Incidência.....	142
3.4.1.1. Depoimentos Colhidos na Fase Investigatória.....	142
3.4.1.2. Testemunhos Exclusivos de Policiais.....	144
3.4.1.3. Testemunho Exclusivo da Vítima.....	146
3.4.1.4. Interceptação Telefônica e Falta de Exame Pericial para a Identificação da Voz.....	148
3.4.1.5. Confissão.....	149
3.5. Elementos do Crimes.....	150
3.5.1. Juízo de Tipicidade.....	150
3.5.1.1. Emendatio Libeli.....	150
3.5.1.2. Deslocamento para o Tipo Derivado e Presença de Mais de Uma Qualificadora.....	153

3.5.1.3. Circunstâncias Qualificadoras e Fundamentação Específica.....	155
3.5.1.4. Reconhecimento de Circunstâncias Minorantes e Majorantes.....	156
3.5.2. Ilicitude e Culpabilidade.....	158
3.6. Circunstâncias Atenuantes.....	159
3.6.1. Circunstâncias Atenuantes Nominadas.....	160
3.6.1.1. Idade do Réu.....	160
3.6.1.2. Desconhecimento da Lei.....	163
3.6.1.2.1. Desconhecimento da Lei e Desconhecimento da Ilicitude do Fato.....	164
3.6.1.2.2. Desconhecimento da Lei e Contravenções Penais.....	165
3.6.1.3. Motivação do Crime	166
3.6.1.4. Manifestações de Arrependimento.....	168
3.6.1.5. Confissão Espontânea.....	171
3.6.1.5.1. Confissão Como Estratégia de Defesa.....	173
3.6.1.5.2. Confissão Retratada.....	175
3.6.1.5.3. Confissão Fracionada.....	177
3.6.1.5.4. Confissão Qualificada.....	177
3.6.1.5.5. Confissão sobre Fato Incontroverso.....	178
3.6.2. Circunstâncias Atenuantes Inominadas.....	179
3.6.3. Circunstância “Atenuante”: Pena Cumprida no Estrangeiro.	183
3.7. Circunstâncias Agravantes.....	187
3.7.1. Crimes Dolosos.....	187
3.7.2. Incidência Subsidiária.....	188
3.7.3. Rol Exaustivo.....	188
3.7.3.1. Reincidência Penal.....	189
3.7.3.1.1. Contravenção Penal.....	190
3.7.3.1.2. Situações peculiares que não geram reincidência.....	191
3.7.3.1.3. Situações peculiares que geram reincidência.....	198

3.7.3.1.4. Divergência e incongruência: condenação anterior exclusivamente a pena de multa e condenação anterior por posse de drogas para consumo pessoal.....	199
3.7.3.1.5. Reincidência específica.....	202
3.7.3.1.6. (In)Constitucionalidade da reincidência.....	204
3.7.3.1.7. Multirreincidência.....	205
3.7.3.2. Motivo do crime.....	206
3.7.3.3. Finalidade do crime.....	206
3.7.3.4. Modo de Execução.....	208
3.7.3.5. Vítima.....	209
3.7.3.6. Circunstâncias Fáticas.....	213
3.7.4. Agravantes em Caso de Concurso de Pessoas.....	218
3.8. Concurso entre Agravantes e Atenuantes.....	221
3.8.1. Cumulação Homogênea.....	222
3.8.2. Cumulação Heterogênea.....	223
3.8.2.1. Diferença Entre Compensação e Preponderância.....	223
3.8.2.2. Concurso entre agravantes e atenuantes não preponderantes.....	224
3.8.2.3. Concurso entre circunstâncias agravantes e atenuantes consideradas preponderantes.....	227
3.8.2.3.1. A Divergência entre o STF e o STJ sobre o concurso entre confissão espontânea a reincidência.....	236
3.8.2.3.2. Concluindo o tema: hipóteses de concurso e critérios de solução.....	239
3.8.2.4. Concurso entre circunstâncias simples (não preponderantes) e circunstâncias preponderantes.....	242
3.9. Circunstâncias Minorantes e Modulação da Fração Redutora da Pena.....	243
3.9.1. Aplicações Práticas de Maior Incidência.....	244
3.9.1.1. Crime Tentado.....	244
3.9.1.2. Arrependimento Posterior.....	245
3.9.1.3. Semi-Imputabilidade.....	247
3.9.1.4. Participação de Menor Importância.....	249
3.9.1.5. Furto “Privilegiado”.....	251

3.9.1.6. Homicídio “Privilegiado”.....	254
3.9.1.7. Tráfico “Privilegiado” de Drogas Proscritas.....	257
3.10. Circunstâncias Majorantes e Modulação da Fração Intensificadora da Pena.....	261
3.10.1. Valoração Quantitativa das Majorantes em Concurso.....	263
3.10.2. Valoração Qualitativa das Majorantes em Concurso.....	264
3.10.2.1. Inconstitucionalidade Material do §2-A, do artigo 157 do Código Penal.....	269
3.10.3. Valoração de Majorantes como Circunstâncias Judiciais.....	272
3.10.4. Concurso entre Majorantes e entre Minorantes. Possibilidade de Compensação. Artigo 68, pu., do Código Penal.....	277
3.11. Impossibilidade de Compensação entre Circunstâncias de Fases Distintas do Processo Dosimétrico.....	281
3.12. Concurso de Crimes.....	283
3.12.1. Espécies de Concurso e Critérios para Definição da Pena.....	284
3.12.1.1. Critério do Cúmulo Material.....	284
3.12.1.2. Critério da Exasperação.....	287
3.12.1.2.1. Indefinição Sobre a Quantidade de Crimes Concorrentes.....	291
3.12.1.3. Critério do Cúmulo Material Benéfico.....	294
3.13. Dosimetria da Pena Relativa aos Crimes de Competência do Tribunal do Júri.....	295
3.14. Dosimetria da Pena Relativa aos Crimes de Violência Doméstica.....	298

CAPÍTULO III

A REALIZAÇÃO DO PROCESSO DOSIMÉTRICO **303**

1. O Sistema Trifásico da Dosimetria Penal.....	305
2. Princípios Aplicáveis ao Processo Dosimétrico.....	309
2.1. Princípio da Individualização da Pena.....	309
2.2. Princípio da Discrecionariade Jurisdicional.....	311
2.3. Princípio da Obediência aos Parâmetros da Pena Abstrata.....	313
2.4. Princípios da Necessidade e Suficiência da Pena.....	316

2.5.	Princípio da Vedação ao Bis in Idem.....	319
2.6.	Princípio da Não Culpabilidade ou da Presunção de Inocência.....	322
3.	Dosimetria Penal. Primeira Etapa. Circunstâncias Judiciais.....	326
3.1.	Compensação entre Circunstâncias Judiciais.....	327
3.2.	Valoração das Circunstâncias Judiciais.....	329
3.2.1.	Culpabilidade.....	330
3.2.2.	Antecedentes.....	333
3.2.2.1.	Multirreincidência.....	334
3.2.2.2.	Período Depurador e o Direito ao Esquecimento.....	335
3.2.2.3.	Crime anterior e trânsito em julgado posterior à data do crime em julgamento.....	339
3.2.2.4.	Confirmação em Segunda Instância da Sentença Condenatória de Primeiro Grau.....	341
3.2.3.	Conduta Social.....	342
3.2.4.	Personalidade do Agente.....	344
3.2.4.1.	Valoração de Atos Infracionais e Condenações Criminais Anteriores como Personalidade Desajustada.....	346
3.2.5.	Motivos do Crime.....	348
3.2.6.	Circunstâncias do Crime.....	350
3.2.7.	Consequências do Crime.....	351
3.2.8.	Comportamento da Vítima.....	352
3.3.	Fixação da Pena-Base.....	355
3.3.1.	Patamar de Valoração das Circunstâncias Judiciais e Sua Base de Incidência.....	356
3.3.2.	Valoração dos maus antecedentes diante do acúmulo de títulos condenatórios.....	364
3.3.3.	A Teoria do Termo Médio.....	366
3.4.	Circunstâncias Judiciais Preponderantes.....	372
3.4.1.	Circunstâncias Judiciais na Lei de Drogas.....	372
3.4.2.	Circunstâncias Judiciais no Código de Trânsito.....	374
3.4.3.	Circunstâncias Judiciais na Lei de Crimes Ambientais.....	375
3.4.4.	Valoração das Circunstâncias Preponderantes.....	376

3.5.	Principais Considerações Quanto ao Processo de Fixação da Pena-Base.....	379
3.6.	Disposições do Manual Prático de Decisões Penais da ENFAM.....	383
4.	Dosimetria Penal. Segunda Etapa. Circunstâncias Legais.....	385
4.1.	Patamar de Valoração das Circunstâncias Legais e Sua Base de Incidência.....	386
4.2.	Cálculo da Pena Intermediária.....	392
4.3.	Valoração da Multirreincidência.....	399
4.4.	Principais Considerações Quanto ao Processo de Fixação da Pena Intermediária ou Provisória.....	403
5.	Dosimetria Penal. Terceira Etapa. Minorantes e Majorantes.....	407
5.1.	Patamar de Valoração das Causas de Diminuição e de Aumento e sua Base de Incidência.....	407
5.2.	Concurso de Minorantes e Majorantes e o Cálculo para a Definição da Pena.....	408
5.3.	Principais Considerações Quanto ao Processo de Fixação da Pena Definitiva.....	420
6.	Processo Dosimétrico da Pena de Multa.....	421
6.1.	Sistema da Dosimetria da Pena de Multa.....	421
6.2.	Princípios Aplicáveis ao Processo Dosimétrico da Pena de Multa.....	423
6.2.1.	Princípio da Obediência aos Parâmetros da Pena Abstrata.....	423
6.2.2.	Princípio da Proporcionalidade.....	424
6.2.3.	Princípios da Necessidade e Suficiência da Pena.....	431
6.2.4.	Princípio da Personalidade ou da Intranscendência.....	433
6.3.	Dosagem da Pena de Multa em Face do Concurso de Crimes.....	435
6.4.	Multa Substitutiva ou Vicariante.....	438
6.4.1.	Anuência do Sentenciado.....	440
6.4.2.	Multa Cumulada e Substituição da Pena Privativa de Liberdade.....	441
6.4.3.	Concurso de Crimes.....	444
6.4.4.	Mensuração do valor da Multa Vicariante.....	445
6.5.	Inadimplemento da Pena de Multa e Seus Efeitos.....	446
7.	Dosimetria Penal Conjunta. Pluralidade de Réus ou de Crimes.....	448

8. Revisão da Dosimetria da Pena pelas Instâncias Superiores.....	457
---	-----

CAPÍTULO IV

O CONTEÚDO DECISÓRIO DO DISPOSITIVO E AS PROVIDÊNCIAS FINAIS

461

1. Conteúdo Decisório.....	463
1.1. Substituição da Pena Privativa de Liberdade por Medida de Segurança.....	463
1.1.1. Desnecessidade de Realização do Processo Dosimétrico.....	465
1.2. Fixação do Regime Prisional Preambular.....	469
1.2.1. Gradação do Regime Prisional Conforme a Espécie da Pena Privativa de Liberdade.....	469
1.2.2. Gradação do Regime Prisional Conforme a Quantidade da Pena Aplicada, a Reincidência e as Circunstâncias Judiciais.....	471
1.2.3. Regime Prisional Per Saltum.....	475
1.2.4. Detração Penal.....	478
1.2.4.1. Detração Penal e Progressão de Regime.....	481
1.2.4.2. Competência Concorrente.....	482
1.2.5. Conclusões.....	483
1.2.6. Disposições do Manual Prático de Decisões Penais da ENFAM.....	487
1.3. Substituição da Pena Privativa de Liberdade por Pena Restritiva de Direitos.....	487
1.3.1. Penas Substitutivas de Mesma Espécie.....	492
1.3.2. Juízo Competente.....	494
1.4. Suspensão Condicional da Pena.....	494
1.5. Medidas Cautelares.....	497
1.5.1. Possibilidades.....	497
1.5.2. Fundamentos.....	499
1.5.3. Imposição, Manutenção e Restabelecimento.....	503
1.5.4. Disposições do Manual Prático de Decisões Penais da ENFAM.....	506
1.5.5. Prisão Preventiva e a sua (In)Compatibilidade com o Regime Semiaberto ou Aberto. Adequação pelo Juízo da Execução.....	508

1.6.	Fixação do valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração	510
1.7.	Efeitos da Condenação.....	515
1.7.1.	Efeitos Automáticos.....	515
1.7.1.1.	Obrigação de indenizar.....	516
1.7.1.2.	Perda de instrumentos ou produtos do crime, de bens ou valores auferidos com a sua prática.....	517
1.7.1.3.	Perda de bens ou valores equivalentes ao produto ou proveito do crime.....	518
1.7.1.4.	Perda de bens incompatíveis com o patrimônio líquido do condenado.....	519
1.7.1.5.	Suspensão dos Direitos Políticos.....	521
1.7.2.	Efeitos Não Automáticos.....	523
1.7.2.1.	Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.....	524
1.7.2.2.	Incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela.....	527
1.7.2.3.	Inabilitação para dirigir veículo.....	530
1.8.	Efeitos da Condenação nos Crimes de Tortura.....	532
1.9.	Efeitos da Condenação nos Crimes Resultantes de Preconceito de Raça ou de Cor.....	533
2.	Providências Finais Para Cumprimento Imediato.....	534
2.1.	Publicação da Sentença.....	535
2.2.	Intimação do sentenciado.....	537
2.3.	Intimação do Defensor Constituído e do <i>Defensor Dativo</i>	538
2.4.	Intimação do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Querelante e do Assistente da Acusação.....	541
2.5.	Intimação da vítima.....	541
2.6.	Expedição de Alvará de Soltura	542
2.7.	Expedição de Mandado de Prisão Preventiva e Guia de Execução Provisória da Pena.....	543
2.8.	Envio de Arma de Fogo ao Comando do Exército.....	545
2.9.	Restituição de Bens Apreendidos.....	546
2.10.	Comunicação à Polícia Judiciária.....	547
3.	Providências Finais para Cumprimento Após o Trânsito em Julgado da Sentença.....	548

3.1. Rol de Culpados.....	548
3.2. Guia de Execução Definitiva.....	549
3.3. Custas Processuais.....	551
3.4. Pagamento da Pena de Multa.....	553
3.5. Comunicação à Justiça Eleitoral.....	554
3.6. Destruição de Drogas Apreendidas.....	556
3.7. Avaliação e Venda dos Bens em Leilão Público.....	557

CAPÍTULO V

A SENTENÇA PENAL NAS PROVAS OBJETIVAS 559

GABARITO OFICIAL.....	587
-----------------------	-----

CAPÍTULO VI

MODELOS DE SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA 589

1. SENTENÇA COM DOIS RÉUS. TRÊS CRIMES. CONCURSO FORMAL PRÓPRIO DE DELITOS. ROUBO. DOSIMETRIA CONJUNTA. CONFISSÃO. REINCIDÊNCIA GENÉRICA E ESPECÍFICA. MAJORANTES. COMPENSAÇÃO E VALORAÇÃO CUMULATIVA. INDIVIDUALIZAÇÃO. PENAL FINAL ACIMA DO MÁXIMO COMINADO.....	591
1. Relatório.....	591
2. Fundamentação.....	592
3. Dispositivo.....	594
3.1. Dosimetria Penal.....	594
4. Disposições finais.....	597
2. SENTENÇA COM UM RÉU. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. CRIME PRATICADO POR PADRASTO. GRAVIDEZ. MAJORANTES. MODULAÇÃO E VALORAÇÃO CUMULATIVA. CRIME CONTINUADO. DIVERSAS VEZES. IMPRECISÃO. VALORAÇÃO. PENA FINAL ACIMA DO MÁXIMO COMINADO.....	598
1. Relatório.....	598
2. Fundamentação.....	599
3. Dispositivo.....	601

3.1. Dosimetria penal.....	601
4. Disposições finais.....	603

**SÚMULAS DO STJ E DO STF APLICÁVEIS
À SENTENÇA PENAL** **605**

SÚMULAS DO STJ.....	607
ATENÇÃO SÚMULAS DO STJ CANCELADAS.....	609
SÚMULAS DO STF.....	609

REFERÊNCIAS **611**
